

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho de Administração da  
PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS) S.A.

Dr. Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto

Avenida Defensores de Chaves, Nº6, 6º Piso

1000-117 Lisboa

Lisboa, 11 de novembro de 2015

**Assunto: TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP, S.A.)**

Exmo. Senhor,

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A. é uma empresa pública, bandeira do nosso país. Trata-se de uma companhia fundamental para o país e para a sua diáspora, constituindo-se como uma das principais empresas exportadoras nacionais, tendo por isso um papel relevante no equilíbrio da nossa balança comercial, sendo também por isso uma empresa estratégica para a inserção de Portugal no mundo.

A posição do Partido Socialista sobre a TAP, S.A. é clara e pública. O PS não aceita que o Estado não mantenha uma posição de controlo, devendo ter uma intervenção e presença na definição do rumo estratégico desta empresa.

O PS, como é público, é frontalmente contra a forma como o atual processo de reprivatização tem sido desenvolvido, desde o seu início.

Somos confrontados com o facto de estar prevista para o dia 12 de novembro a conclusão do processo contratual relativo à venda do capital social da TAP, S.A.

Essa assinatura dos contratos está prevista ocorrer num período em que o Governo se encontra com poderes de gestão, face à demissão ocorrida no dia 10 de novembro na Assembleia da República com a votação da rejeição do Programa de XX Governo.

Consideramos assim que o processo em causa não pode ser concluído.

Desde logo, porque o Governo encontra-se na posse de meros poderes de gestão, mas mais importante ainda, pelo facto dos partidos que constituem uma maioria na Assembleia da República serem frontalmente contra este processo.

E repito, no caso do PS, a posição é bem clara, conforme foi expressa recentemente no Programa de Governo aprovado no passado fim de semana nos órgãos próprios do partido e tornado público imediatamente, que passo a citar: “ (...) Neste quadro, uma ferramenta de primeira ordem para a projeção internacional de Portugal é a sua companhia aérea de bandeira, a TAP, que é um veículo fulcral de ligação à África lusófona, ao Brasil, aos principais destinos, da emigração portuguesa e à promoção da internacionalização da economia portuguesa.

*Por este motivo, o governo não permitirá que o Estado perca a titularidade sobre a maioria do capital social da TAP, encontrando formas - designadamente através de uma efetiva ação junto das instituições europeias e do mercado de capitais - de capitalizar, modernizar e assegurar o desenvolvimento da empresa, ao serviço dos portugueses e de uma estratégia de afirmação lusofonia.”.*

Encontra-se assim exposto, de forma evidente, que consideramos que não estão reunidas as condições legais nem políticas para que se mantenha este processo de reprivatização da TAP, S.A.

Esperamos assim, em função do novo quadro político existente no nosso país, que o Senhor Presidente da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) S.A. não conclua o atual processo de reprivatização da TAP, S.A., não procedendo à assinatura dos contratos de alienação do seu capital social.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Ana Paula Vitorino

Vice-Presidente